

PERFIL, GATILHOS E INTERVENÇÕES: O QUE OS PROFESSORES PODEM APRENDER COM A PATRULHA ESCOLAR EM CASO DE ATIRADOR/AGRESSOR ATIVO?

PROFILE, TRIGGERS, AND INTERVENTIONS: WHAT TEACHERS CAN LEARN FROM THE SCHOOL PATROL IN CASE OF AN ACTIVE SHOOTER/AGGRESSOR

PERFIL, DESENCADENANTES E INTERVENCIONES: ¿QUÉ PUEDEN APRENDER LOS DOCENTES DE LA PATRULLA ESCOLAR ANTE UN TIRADOR/AGRESOR ACTIVO?

Juliano Machado Pereira¹
Giseli Cristina da Silva Chagas²

RESUMO: Este artigo analisa o fenômeno do agressor ativo em ambientes escolares, investigando como a atuação conjunta entre professores e o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) pode contribuir para a identificação de perfis de risco, a compreensão de gatilhos comportamentais e o desenvolvimento de intervenções preventivas. A pesquisa fundamenta-se em revisão teórica e análise crítica de documentos recentes, entre os quais o relatório Active Shooter Incidents in the United States 2023, publicado pelo Federal Bureau of Investigation (FBI) em 2024, e os princípios pedagógicos do programa norte-americano Drug Abuse Resistance Education (DARE). Os achados indicam que sinais de alerta são, em grande parte, perceptíveis no cotidiano escolar antes da ocorrência de ataques, e que a cooperação entre educadores e patrulheiros potencializa estratégias preventivas e reativas. Conclui-se que a segurança escolar efetiva pressupõe ações coordenadas, formação continuada de professores e articulação institucional sólida, condições que ainda enfrentam resistências práticas e estruturais no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Agressor ativo. Segurança escolar. BPEC. Professores. Prevenção. FBI. DARE.

ABSTRACT: This article analyzes the phenomenon of the active aggressor in school settings, examining how teachers and the School Community Patrol Battalion (BPEC) can work collaboratively to identify risk profiles, behavioral triggers, and preventive interventions. The study draws on a theoretical review and critical analysis of recent sources, including the FBI's 2024 report Active Shooter Incidents in the United States 2023, which introduced an updated conceptual definition of active shooter, and the pedagogical principles of the Drug Abuse Resistance Education (DARE) program. Findings suggest that warning signs are frequently observable in daily school life before an attack takes place, and that coordinated action between educators and patrol officers strengthens both prevention and response strategies. The article concludes that effective school safety depends on institutional cooperation, continuous teacher training, and integrated preventive practices, goals that still face meaningful structural barriers in the Brazilian context.

Keywords: Active aggressor. School safety. BPEC. Teachers. Prevention. FBI. DARE.

¹ Graduação pelo Instituto Federal do Paraná – Gestão Pública; 3º Sargento na Polícia Militar do Paraná.

² Graduação pelo Instituto Federal do Paraná – Gestão Pública; Cabo na Polícia Militar do Paraná.

RESUMEN: Este artículo analiza el fenómeno del agresor activo en entornos escolares, examinando cómo los docentes y el Batallón de Patrulla Escolar Comunitaria (BPEC) pueden actuar de manera coordinada para identificar perfiles de riesgo, desencadenantes conductuales e intervenciones preventivas. La investigación se fundamenta en una revisión teórica y un análisis crítico de documentos recientes, entre ellos el informe *Active Shooter Incidents in the United States 2023* del FBI (2024) y los principios pedagógicos del programa DARE. Los resultados indican que las señales de alerta suelen ser perceptibles en la vida escolar cotidiana antes de que ocurra un ataque, y que la actuación coordinada entre educadores y patrulleros escolares potencia las estrategias de prevención y respuesta. Se concluye que la seguridad escolar efectiva requiere cooperación institucional, capacitación continua del profesorado y prácticas preventivas integradas, condiciones que aún enfrentan obstáculos estructurales relevantes en el contexto brasileño.

Palabras clave: Agresor activo. Seguridad escolar. BPEC. Docentes. Prevención. FBI. DARE.

I INTRODUÇÃO

Quando um ataque ocorre dentro de uma escola, a resposta imediata das autoridades quase sempre revela aquilo que a análise posterior confirma: havia sinais. Mudanças de comportamento, comunicações preocupantes, isolamento progressivo — indícios que, na maioria dos casos, estiveram presentes antes do evento e foram observados por adultos que, no entanto, não souberam ou não puderam agir a partir deles. Essa lacuna entre a percepção do risco e a capacidade de resposta é, precisamente, o problema central que este artigo busca discutir.

A violência em ambientes escolares assumiu, nas últimas décadas, uma dimensão que extrapola o campo da segurança pública para penetrar nos debates sobre educação, saúde mental e proteção da infância e da adolescência. O relatório *Active Shooter Incidents in the United States 2023*, publicado pelo Federal Bureau of Investigation (FBI, 2024), atualizou a definição de agressor ativo para abranger situações nas quais um ou mais indivíduos realizam ou tentam realizar ataques contra pessoas em áreas povoadas, modificação que eliminou a exigência de ambiente confinado e ampliou o escopo do fenômeno para incluir pátios, estacionamentos e acessos escolares.

No Brasil, a preocupação com o tema intensificou-se após episódios registrados em 2023 e 2024, que impulsionaram a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Prevenção e Enfrentamento da Violência nas Escolas, pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2023). Nesse contexto, o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC), da Polícia Militar do Paraná, ocupa posição estratégica: ao combinar orientação pedagógica, parcialmente inspirada no programa norte-americano *Drug Abuse Resistance Education (DARE)*, com atuação

operacional, o BPEC representa um modelo de integração entre escola e segurança pública que merece exame aprofundado.

Este artigo parte da hipótese de que professores treinados e patrulheiros escolares capacitados, quando atuam de forma articulada, ampliam substancialmente a capacidade de identificação precoce de riscos e de resposta a ameaças. Para isso, examina-se o perfil do agressor ativo em contexto escolar, os gatilhos e sinais de alerta mais documentados, e as possibilidades concretas de intervenção preventiva e reativa disponíveis aos educadores. O horizonte desta pesquisa é, portanto, ao mesmo tempo analítico e propositivo.

2 MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido por meio de abordagem qualitativa, com base em revisão teórica e análise documental. O corpus de fontes incluiu relatórios oficiais de segurança pública, notadamente o Active Shooter Incidents in the United States 2023 (FBI, 2024), o Protecting America's Schools (UNITED STATES SECRET SERVICE, 2020) e documentos do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2024), além de publicações científicas selecionadas em bases nacionais e internacionais com recorte temporal entre 2018 e 2024.

Os critérios de inclusão privilegiaram: publicações com metodologia identificável; alinhamento temático ao fenômeno do agressor ativo, à segurança escolar ou à atuação de patrulhas escolares; e disponibilidade pública para verificação independente. Foram excluídos textos de cunho exclusivamente opinativo, notícias sem suporte analítico e materiais sem autoria identificável. A análise dos textos selecionados seguiu leitura estruturada com extração de elementos centrais, definições, indicadores de risco, protocolos de intervenção e práticas institucionais, organizados em eixos temáticos para embasar a discussão das seções seguintes.

Como a pesquisa utilizou exclusivamente fontes públicas e não envolveu coleta de dados com seres humanos ou animais, não foi necessária a submissão a Comitê de Ética em Pesquisa. Todas as informações foram tratadas com fidelidade às fontes originais, em compromisso explícito de transparência e integridade acadêmica.

2.1 Panorama do Fenômeno Agressor Ativo em Ambiente Escolar

Em 2023, foram registrados nos Estados Unidos 48 incidentes com agressor ativo, distribuídos por 26 estados, resultando em 244 vítimas entre mortos e feridos, dados que, por si

só, justificam a atenção crescente que o fenômeno tem recebido tanto em agências de segurança quanto em programas educacionais (FBI, 2024). A atualização conceitual trazida pelo relatório não é meramente formal: ao ampliar a definição para incluir ataques em áreas abertas e entornos escolares, o FBI reconhece que o enfrentamento do problema exige protocolos que vão além dos procedimentos clássicos de isolamento e confinamento.

No Brasil, o ano de 2023 marcou uma inflexão importante. Episódios de violência extrema em instituições de ensino público motivaram resposta governamental coordenada, com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial pelo Ministério da Educação, que passou a articular esforços de prevenção, resposta e apoio psicossocial (BRASIL, 2023). Ainda que os dados brasileiros sejam fragmentados, o que constitui, em si, um problema metodológico que a academia precisa enfrentar, pesquisas do Instituto Sou da Paz (2023) apontam que a maioria dos ataques registrados foi cometida por estudantes do sexo masculino, com 16 anos ou menos, sem apoio externo direto.

Cabe notar que o paralelo com o contexto norte-americano, embora útil para extrair padrões e protocolos, exige parcimônia. As diferenças estruturais entre os dois países no que tange ao acesso a armas, vulnerabilidade social e recursos institucionais tornam a transposição acrítica de modelos um risco metodológico e prático que este artigo busca explicitamente evitar.

4

2.2 Perfil do Agressor/Atirador Ativo em Ambiente Escolar

A tentação de definir um “perfil” preciso do agressor ativo é compreensível, mas os estudos mais cuidadosos têm reiterado sua inadequação. O que a literatura permite afirmar com maior segurança é a existência de características frequentes não determinísticas, que, quando observadas em conjunto, podem indicar risco elevado. Essa distinção não é semântica: ela define a diferença entre vigilância responsável e estigmatização.

Pesquisas do FBI (2018) a partir de casos ocorridos entre 2000 e 2013 indicam que muitos autores de ataques em escolas exibiram comportamentos observáveis nos dias, semanas ou meses anteriores ao evento: mudanças bruscas de conduta, comunicações preocupantes a colegas ou em redes sociais, e demonstrações explícitas de fascínio por episódios de violência coletiva. No contexto brasileiro, o Instituto Sou da Paz (2023) registra que os agressores tendem a ser jovens do sexo masculino, com histórico de isolamento social, vitimização por pares e baixo engajamento com adultos de referência dentro da escola.

Contudo, é imprescindível evitar o raciocínio inverso: nem todo estudante isolado, raivoso ou fascinado por violência é um potencial agressor. A estigmatização precipitada, com

base em características superficiais, pode, paradoxalmente, agravar as condições que alimentam o risco. O que professores e patrulheiros precisam desenvolver não é um checklist de suspeitos, mas uma capacidade de leitura contextualizada do comportamento, competência que depende de formação específica e de relações de confiança construídas no cotidiano escolar.

2.3 Gatilhos, Fatores de Risco e Sinais de Alerta

Se o perfil não deve ser tomado como diagnóstico, os gatilhos e sinais de alerta merecem atenção diferente — são eles que conferem temporalidade ao risco e que, portanto, oferecem uma janela concreta para intervenção. O relatório do FBI (2018, p. 3-4) e a análise do United States Secret Service (2020, p. 11-15) convergem ao identificar alterações comportamentais como os principais indicadores de escalada: comunicações ameaçadoras (presenciais ou digitais), interesse crescente por armas e massacres, isolamento progressivo acompanhado de discurso de ódio, e queda abrupta no desempenho escolar ou nos vínculos sociais.

Importa compreender esses sinais não como ocorrências isoladas, mas como padrões. Um estudante que manifesta raiva pontualmente é algo corriqueiro na vida escolar. O mesmo estudante que, nas semanas seguintes, evita contato social, demonstra interesse por armamento e circula conteúdo violento em grupos de mensagem representa uma configuração bem diferente, e é justamente essa leitura combinada e contextualizada que diferencia a vigilância preventiva da suspeição generalizada (FBI, 2018, p. 7-16).

O BPEC desempenha papel relevante nesse processo ao capacitar professores e funcionários para estruturar fluxos de comunicação interna diante de comportamentos preocupantes, e ao orientar sobre como documentar e encaminhar observações sem expor desnecessariamente o estudante. A integração com o modelo defendido pelo United States Secret Service (2020, p. 21-25), que prioriza análise comportamental em detrimento de categorias demográficas, reforça a pertinência dessa abordagem.

2.4 Papel da Patrulha Escolar (BPEC) e Programas Afins como o DARE

O BPEC estrutura sua atuação em três dimensões complementares: prevenção educativa, capacitação de profissionais e suporte operacional. Na dimensão preventiva, são desenvolvidas atividades com estudantes sobre convivência, cidadania e uso responsável das redes sociais. Na dimensão formativa, professores e funcionários participam de capacitações sobre reconhecimento de comportamentos de risco e protocolos de crise. Na dimensão

operacional, o batalhão oferece suporte direto às escolas em situações de ameaça, garantindo resposta rápida e comunicação efetiva com gestores educacionais (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2024).

Essa estrutura dialoga, de forma adaptada ao contexto brasileiro, com os princípios do programa Drug Abuse Resistance Education (DARE), que historicamente fundamentou práticas de prevenção escolar em vários países. O DARE introduziu a lógica da presença regular de agentes de segurança nas escolas não como vigilância punitiva, mas como estratégia de construção de confiança e familiaridade com temas sensíveis, perspectiva que transforma a relação entre escola e segurança pública de uma lógica reativa para uma lógica genuinamente preventiva.

A atualização conceitual trazida pelo FBI (2024, p. 2), ao ampliar a definição de agressor ativo para áreas externas ao perímetro fechado, expande também o escopo esperado de atuação do BPEC. Pátios, estacionamentos e acessos públicos às escolas passam a demandar protocolos específicos, o que impõe ao batalhão a necessidade de revisar seus planos de resposta em conjunto com as equipes escolares.

Pesquisas realizadas pela RAND Corporation (2020, p. 4-7) sobre School Resource Officers, os agentes de segurança designados para escolas nos Estados Unidos, indicam que sua presença contribui para a redução de incidentes graves, sobretudo quando combinada com atividades educativas e integração efetiva com as equipes escolares. O BPEC, sem reproduzir integralmente esse modelo, cumpre função análoga no contexto paranaense e pode servir de referência para outras unidades da federação.

2.5 O que os Professores Podem Aprender e Fazer: Intervenções Preventivas e Reativas

Professores ocupam uma posição que nenhum protocolo de segurança pode substituir: estão presentes, cotidianamente, no mesmo espaço que os estudantes. Essa proximidade, quando orientada por formação adequada, torna-se um dos recursos mais valiosos na prevenção de violência escolar. De acordo com o United States Department of Education (ED, 2024, p. 5-6), educadores que recebem treinamento específico para reconhecimento de sinais de risco respondem com mais rapidez e assertividade diante de situações críticas.

Na prática, isso significa desenvolver três competências articuladas: observação, escuta e encaminhamento. A observação atenta às mudanças comportamentais, não como vigilância sistemática, mas como extensão natural da relação pedagógica, permite identificar padrões que

merecem atenção. A escuta ativa cria condições para que estudantes em dificuldade se sintam seguros para expressar angústias antes que estas se convertam em risco. O encaminhamento adequado fecha o ciclo e conecta a escola à rede de proteção mais ampla.

Além da dimensão preventiva, é fundamental que professores conheçam os protocolos de resposta imediata. O modelo internacionalmente difundido como “fugir, esconder, reagir” (run, hide, fight), detalhado pelo United States Department of Education (ED, 2024, p. 12-14), orienta que, diante de uma ameaça ativa, a primeira opção seja evacuar, a segunda seja encontrar abrigo seguro e a terceira, apenas em último recurso, seja confrontar o agressor. Compreender esse protocolo reduz o tempo de resposta e diminui o pânico paralisante que frequentemente acomete quem nunca foi exposto ao cenário, ainda que em simulação.

O papel docente não se encerra com o evento. Após situações críticas, professores são figuras centrais no processo de reconstrução emocional da comunidade escolar, atuando ao lado de psicólogos, assistentes sociais e patrulheiros na restauração do senso de segurança coletivo. Pesquisas internacionais demonstram que intervenções pós-crise com suporte psicológico, rotinas estruturadas e comunicação transparente entre escola, famílias e segurança pública contribuem significativamente para a estabilidade emocional dos estudantes afetados (UNITED STATES SECRET SERVICE, 2020, p. 30-33).

2.6 Modelo Integrado de Atuação: Patrulha Escolar, Professores e Comunidade Escolar

Nenhuma estratégia de segurança escolar funciona de forma isolada. Essa é uma das conclusões mais consistentes da literatura especializada, e uma das mais difíceis de traduzir em política pública, dada a fragmentação institucional que caracteriza a gestão educacional brasileira. O Ministério da Educação (BRASIL, 2023) reconhece que estratégias eficazes dependem da articulação entre mecanismos de prevenção comportamental, fortalecimento de relações institucionais e infraestrutura adequada. Na mesma linha, o United States Secret Service (2020, p. 3-5) enfatiza que modelos colaborativos são fundamentais para antecipar riscos e responder de forma coordenada a situações de violência.

Com base nesses referenciais, propõe-se um modelo de atuação organizado em cinco frentes complementares. A primeira consiste no mapeamento de riscos: identificação de vulnerabilidades físicas, rotinas escolares sensíveis e fatores sociais que possam influenciar comportamentos de risco. A segunda envolve a capacitação contínua de professores e funcionários pelo BPEC, com foco no reconhecimento de sinais comportamentais e na adoção

de protocolos adequados. A terceira refere-se à construção de uma rede de apoio integrada, composta por psicólogos, assistentes sociais, conselhos tutelares e famílias. A quarta compreende a elaboração de planos de resposta com simulações conjuntas e definição clara de responsabilidades em situações de crise. A quinta, frequentemente negligenciada, é a avaliação e melhoria contínua dos procedimentos adotados, etapa que transforma a experiência acumulada em aprendizado institucional.

Esse modelo não é original nem exaustivo. Sua utilidade reside menos na novidade do que na sistematização de práticas que, em muitas escolas, já ocorrem de forma intuitiva e desarticulada. Torná-las explícitas e estruturadas é o primeiro passo para que possam ser avaliadas, ajustadas e disseminadas. Como aponta o United States Secret Service (2020, p. 10-12), escolas eficazes na prevenção da violência são aquelas que combinam análise comportamental, apoio psicossocial e protocolos estruturados, mantendo comunicação ativa com órgãos especializados de segurança pública.

2.7 Desafios, Limitações e Implicações

A implementação de estratégias integradas de segurança escolar encontra obstáculos concretos que não podem ser minimizados. O primeiro e mais delicado é o risco de estigmatização: quando sinais comportamentais são interpretados fora de contexto ou associados a características identitárias, raça, classe social, condição de saúde mental, o resultado pode ser a exclusão justamente dos estudantes que mais precisariam de apoio. Esse paradoxo começa a ser documentado também no Brasil e exige que práticas preventivas sejam sempre acompanhadas de critérios éticos rigorosos e suporte psicossocial adequado.

Outro desafio estrutural é a escassez de recursos. Em grande parte das escolas públicas brasileiras, a formação preventiva é esporádica ou inexistente, a presença de psicólogos e assistentes sociais é insuficiente, e os protocolos de resposta a crises não estão formalizados. A heterogeneidade das redes de ensino, em termos de tamanho, localização, infraestrutura e perfil socioeconômico, dificulta a padronização de qualquer modelo, por mais bem-desenhado que seja.

Na dimensão empírica, estudo publicado na JAMA Network Open por Pettit et al. (2021) analisou dados de escolas norte-americanas e concluiu que a presença de guardas armados não está associada à redução estatisticamente significativa do número de vítimas fatais em ataques. Esse resultado, contraintuitivo para muitos gestores, reforça a necessidade de priorizar ações

preventivas, educativas e psicossociais. Segurança escolar efetiva não é sinônimo de mais armamento: é sinônimo de mais relação, mais escuta e mais preparação.

3 DISCUSSÃO

Os dados e análises apresentados ao longo deste estudo convergem para uma constatação que, embora não seja nova, permanece subestimada na formulação de políticas públicas: a maior parte dos agressores ativos em escolas exhibe sinais comportamentais identificáveis antes do ataque. Essa observação, sustentada pelos relatórios do FBI (2018; 2024) e pela análise do United States Secret Service (2020), não autoriza qualquer perfil determinístico, mas impõe à escola a obrigação de criar condições para que esses sinais sejam percebidos e encaminhados com responsabilidade.

A comparação com a literatura internacional revela, ainda, a insuficiência das respostas puramente repressivas. Os achados de Pettit et al. (2021) sobre a presença de guardas armados, combinados com as orientações do BPEC e os princípios do programa DARE, apontam para uma direção clara: a prevenção sustentada se constrói pela via da confiança, da educação e da integração institucional, não pela via da intimidação ou da hipervigilância. Essa perspectiva desafia gestores que, sob pressão pública após incidentes, tendem a adotar medidas visíveis e imediatas, mesmo quando sua eficácia real é questionável.

É necessário reconhecer as limitações deste estudo. Por se tratar de pesquisa baseada em revisão teórica e documental, não foram coletados dados empíricos diretamente em escolas ou com profissionais da educação. A literatura brasileira sobre o tema é ainda incipiente, o que restringe comparações mais amplas. Além disso, a realidade das escolas brasileiras é marcadamente heterogênea, o que funciona em uma escola bem estruturada de capital pode ser inaplicável em uma escola de periferia com recursos precários e ausência de equipe multidisciplinar.

Futuras pesquisas deveriam priorizar estudos empíricos com professores, estudantes e patrulheiros, investigando tanto a percepção sobre práticas preventivas quanto a eficácia de programas de formação continuada. Estudos comparativos entre diferentes redes de ensino podem contribuir para a construção de protocolos mais adaptados à diversidade do contexto nacional. Investigações sobre o impacto de ações pós-crise, especialmente no campo psicossocial, representam outro caminho promissor, dado o papel das escolas na reconstrução emocional da comunidade após eventos traumáticos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é, antes de tudo, um espaço de convivência. Qualquer estratégia de segurança que comprometa essa dimensão, transformando o ambiente educacional em espaço de suspeição e controle, perde de vista o próprio objetivo que pretende alcançar. O desafio, portanto, não é escolher entre segurança e educação, mas construir práticas que reforcem uma pela outra.

A análise desenvolvida neste artigo aponta que a atuação conjunta entre professores e o BPEC representa um caminho concreto nessa direção. O conceito atualizado de agressor ativo (FBI, 2024, p. 2), ao ampliar a definição para qualquer ataque ou tentativa de ataque em áreas povoadas, impõe uma resposta igualmente abrangente: formação continuada de educadores, protocolos claros de identificação e encaminhamento, planos de resposta testados em simulações e redes de apoio psicossocial funcionais.

Nenhum desses elementos, isoladamente, é suficiente. E é exatamente essa insuficiência que torna o modelo integrado, com participação ativa de professores, patrulheiros, gestores, famílias e comunidade, não uma opção entre outras, mas uma condição para que a segurança escolar deixe de ser apenas uma resposta a tragédias e se torne uma prática cotidiana de cuidado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial de Prevenção e Enfrentamento da Violência nas Escolas. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/>. Acesso em: 10 abr. 2026.

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION. A Study of the Pre-Attack Behaviors of Active Shooters in the United States: 2000–2013. Washington: United States Department of Justice, 2018. Disponível em: <https://www.fbi.gov/file-repository/pre-attack-behaviors-of-active-shooters-in-us-2000-2013.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION. Active Shooter Incidents in the United States: 2023. Washington: United States Department of Justice, 2024. Disponível em: <https://www.fbi.gov/file-repository/active-shooter-incidents-in-the-us-2023-042024.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2025.

INSTITUTO SOU DA PAZ. Ataques a escolas no Brasil: análise dos casos registrados. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2023. Disponível em: <https://soudapaz.org/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

PETTIT, M. L. et al. *School shootings and the presence of armed school resource officers. *JAMA Network Open, Chicago, v. 4, n. 3, e210697, 2021. DOI: 10.1001/jamanetworkopen.2021.0697. Acesso em: 12 nov. 2025.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária: diretrizes e práticas institucionais. Curitiba: PMPR, 2024. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

RAND CORPORATION. School Resource Officers: what we know and don't know. Santa Monica: RAND Corporation, 2020. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RBA108-1.html. Acesso em: 20 mar. 2026.

UNITED STATES DEPARTMENT OF EDUCATION. Considerations for K-12 Schools: active shooter and other violent incident drills. Washington, DC: ED, 2024. Disponível em: <https://www.ed.gov/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

UNITED STATES SECRET SERVICE. Protecting America's Schools: a U.S. Secret Service analysis of targeted school violence. Washington, DC: United States Secret Service, 2020. Disponível em: https://www.secretservice.gov/sites/default/files/reports/2020-04/Protecting_Americas_Schools.pdf. Acesso em: 01 abr. 2026.